

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA REVISÃO NARRATIVA

FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN QUILOMBOLA COMMUNITIES: A NARRATIVE REVIEW

Cintia Aparecida dos Santos Oliveira^a, Marta Quitiliano^a, Ingrid Garcia de Oliveira^{a*}

^a – Centro Universitário Goyazes. Rodovia GO-060, KM 19, 3184 - St. Laguna Park, 75393-365, Trindade - GO, Brazil.

*Correspondente: ingryd.oliveira@unigoyazes.edu.br

Resumo

Objetivo: descrever contextos alimentares relacionados à Insegurança Alimentar e Nutricional em territórios quilombolas brasileiros. **Material e métodos:** o presente estudo tem como base a análise descritiva e narrativa de publicações científicas, referentes ao contexto da alimentação e nutrição entre as comunidades quilombolas. **Resultados:** a insegurança alimentar nestas comunidades é justificada pelas desigualdades sociais, o que tem como principais consequências uma preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade inadequada da alimentação. Outro fator determinante da Insegurança Alimentar nas comunidades, se dá em relação aos meios de produção e acesso à comida. **Conclusão:** níveis consideráveis de Insegurança Alimentar e Nutricional foram identificados entre comunidades quilombolas no Brasil. Alimentação adequada, o rompimento desse acesso significa a violação de direitos básicos. São necessárias intervenções no campo das políticas públicas que visem a promoção e manutenção dos determinantes sociais do acesso a alimentação adequada entre as comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Insegurança Alimentar. Comunidade. Quilombola. Saúde Coletiva.

Abstract

Objective: To describe food contexts related to Food and Nutritional Insecurity in Brazilian quilombola territories. **Material and methods:** the present study is based on the descriptive and narrative analysis of scientific publications, referring to the context of food and nutrition among quilombola communities. **Results:** food insecurity in communities is justified by social inequalities, which has as its main consequences a concern regarding access to food in the future and the quality of the food consumed. Another determining factor of Food Insecurity in communities is in relation to the means of production and access to food. **Conclusion:** considerable levels of Food and Nutritional Insecurity were identified among quilombola communities in Brazil. Adequate food, the disruption of this access means a violation of basic rights. These are interventions in the field of public policies that aim to promote and maintain the social determinants of access to adequate food among quilombola communities.

Keywords: Food Insecurity. Community. Quilombola. Public Health.

Recebido: Dez 2023 | Aceito: Jan 2024 | Publicado: Jan 2024



Introdução

Embora o processo de escravização no Brasil tenha acabado em 1888, a população negra ainda vivencia desigualdades socioeconômicas, especialmente entre aqueles que vivem em comunidades de descendentes de escravizados, como as comunidades quilombolas. Quilombos se constituem originalmente como territórios fundados por escravizados negros durante o período da escravidão (Gubert et al., 2017). O quilombo é compreendido ainda, como um conceito em movimento. Como um *lócus*, marcado pela ancestralidade, resiliência e identidade do povo negro (Carmo, 2020).

Os quilombos foram legalmente reconhecidos pela Constituição brasileira em 1988, embora apenas alguns deles tenham recebido o direito de propriedade de suas terras. Essas comunidades estão distribuídas por todo o país e ocupam territórios rurais e urbanos. Parte dos quilombos localizam-se em territórios de difícil acesso a bens e serviços básicos, locais negligenciados e distanciados dos centros de desenvolvimento econômico, político e social, aspectos que ampliam ao longo da história as vulnerabilidades sociais da população quilombola (Monego; Peixoto; Cordeiro, 2010).

Dessa forma, nota-se que a população quilombola vivencia processos severos exclusão social, incluindo a falta de reconhecimento oficial suas terras e territórios pelo Estado Brasileiro, o que reflete a ausência do poder político na garantia e manutenção dos direitos sociais, e ocasiona a perda da identidade cultural quilombola construída historicamente (Oliveira; Guerrero; Guerrero, 2008).

O ato de “comer” entre as comunidades tradicionais como os territórios quilombolas e indígenas, é carregado de aspectos culturais, e sobretudo às tradições ancestrais. Nesse sentido, a permanência da cultura alimentar, bem como a existência da ancestralidade ligada à comida podem significar acesso a comida de verdade entre as comunidades quilombolas. De acordo com a Lei Nº 11.346/ 2006, a alimentação saudável e adequada perpassa por práticas alimentares em diferentes etapas desde a produção até o consumo de alimentos, tais práticas devem respeitar aspectos culturais, além de ser sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental (Brasil, 2006).

O pesquisador Roque de Barros Laraia, no livro *Cultura: um conceito antropológico*, apresenta alguns autores que contribuem no conceito do que é Cultura ao longo do tempo, e traz a antropóloga americana Ruth Benedict a qual aponta a diversidade cultural a partir dos diferentes olhares acerca dos fatos vivenciados (Laraia, 2001).

As mudanças alimentares atribuídas principalmente à fatores como: a progressão das comidas rápidas, o avanço dos alimentos ultraprocessados, diferentes formas de organização social do trabalho e a intensificação das vulnerabilidades sociais, atingem também as comunidades tradicionais e conseqüentemente afetam o consumo alimentar nesses territórios (Figueiredo et al., 2011; Santos, 2012).

Associado a essas mudanças, a organização do território em torno das comunidades quilombolas também podem interferir nos espaços alimentares organizados próximos e dentro das comunidades. A exemplo, a urbanização acelerada que aos poucos ocupou os espaços de cultivo da terra como promessa de “civilidade” (Cordeiro; Monego; Martins, 2012).

A comida aos poucos foi deixando de ser um ato coletivo, realizado com familiares, amigos, parentes e foi migrando para satisfazer apenas as necessidades nutricionais e biológicas dos corpos. Atualmente é comum a realização de refeições sem companhia, na rua, no trabalho e nos meios de transporte. Soma-se o aspecto político da alimentação, contexto em que o direito à alimentação adequada e saudável, à educação, à saúde não são assegurados, além de outras violações vivenciadas em um país, plural, porém desigual (Guedes; Bastos, 2016).

As condições de vulnerabilização social, como as vivenciadas sobretudo pela população preta, expressam diferentes níveis de Insegurança Alimentar (IA). No estudo de Silva et al. (2017), evidenciou-se níveis consideráveis de insegurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas. Compreende-se IA como um indicador de perversidade social relacionada à falta de acesso regular e permanente à alimentos em quantidade e qualidade suficientes (Panigassi et al., 2008).

Logo, cabe a descrição narrativa do contexto de alimentação e nutrição, e suas intersecções com os campos sociais, culturais e políticos entre as comunidades tradicionais quilombolas. Ressalta-se que a dimensão da comida que será aqui abordada, busca transcender suas representações para além das necessidades biológicas, o que implica em evidenciar a comida a partir de símbolos e significados, como os ritos sociais, culturais e religiosos que perpassam as diferentes culturas (Araújo; Filho, 2012).

O presente estudo tem por objetivo descrever os contextos alimentares relacionados à Insegurança Alimentar e Nutricional em territórios quilombolas brasileiros de acordo com a literatura.

Material e Métodos

A pesquisa tem como eixo metodológico, a revisão narrativa de publicações científicas referentes à Insegurança Alimentar entre as comunidades quilombolas.

Conforme Matos (2015):

“[...] a revisão narrativa não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não são aplicadas estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. Os estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. Nesse tipo de revisão utiliza-se fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos” (Matos, 2015, p. 101).

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos originais e transversais que trouxeram dados sobre os níveis de Insegurança Alimentar entre a população quilombola, e que além de apresentaram de forma descritiva esses níveis, apontassem possíveis fatores associados ao desfecho Insegurança Alimentar; e por fim, pesquisas realizadas no Brasil. Diante da escassez de artigos com esse delineamento, o aspecto “ano da publicação” não foi adotado como critério de inclusão. Excluiu-se artigos que não faziam relação com a temática pretendida, artigos realizados fora do Brasil, além de estudos repetidos. A busca de artigos foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2020.

Após a leitura exaustiva dos artigos incluídos, foi realizada uma análise em profundidade dos dados levantados. A etapa de análise contemplou dois itens relevantes para a presente pesquisa: (i) os níveis de Insegurança Alimentar identificados pelos estudos em populações quilombolas (Insegurança alimentar leve, moderada ou grave), e (ii) fatores condicionantes associados à Insegurança Alimentar de acordo com os estudos. Esses dois eixos de dados foram evidenciados e discutidos no presente estudo.

A análise descritiva de dados segundo Oliveira (2011), corresponde ao tratamento dos dados, ou seja, é realizada uma articulação com teoria, métodos e teorias específicas.

As publicações foram acessadas por meio da base de armazenamento de artigos científicos *Scielo*. Para a busca dos artigos utilizou-se os seguintes termos chaves para a busca: “Alimentação e nutrição” “AND” “comunidades quilombolas”; “Insegurança Alimentar e Nutricional” “AND” “comunidades quilombolas”, e “Alimentação” “AND” “comunidades quilombolas”, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Descrição da busca de artigos na base *Scielo*.

Base de artigos: Scielo			
Termos-chaves	Número de artigos encontrados	Crítérios para seleção dos artigos incluídos na pesquisa	Número de artigos incluídos
“Alimentação e nutrição” e comunidades quilombolas	6	Leitura do título e identificação com a temática pretendida	2
“Insegurança Alimentar e Nutricional” e “comunidades quilombolas”	15	Leitura do título e identificação com a temática pretendida Exclusão de artigos repetidos na primeira busca	6
“Alimentação” e “comunidades quilombolas”	9	Leitura do título e identificação com a temática pretendida Exclusão de artigos repetidos na primeira busca	1
Total:			9

Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

Resultados e discussão

Foram incluídos no estudo nove artigos, os quais atenderam os critérios de inclusão na pesquisa. A Tabela 2 é composta pelos artigos que compuseram a amostra final do estudo e contém os seguintes itens descritos: título do artigo, autores, ano de publicação, localização da comunidade quilombola (estado/ município/ nome da comunidade), objetivos, método de pesquisa e principais resultados/ discussões encontradas.

Tabela 2. Dados descritivos dos artigos incluídos na pesquisa

Título do artigo / autores/ ano da publicação	Localização da comunidade quilombola (Estado/ município/ nome da comunidade)	Objetivo do estudo	Principais resultados/ discussões encontradas
A causalidade da nutrição e da insegurança alimentar em comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil Oliveira, et al., 2008.	Pará, Brasil.	Trata-se da descrição de resultados baseados na elaboração de um modelo de determinação causal de forma participativa e abrangente, realizada em seis comunidades quilombolas no município de Santarém, no Estado do Pará, sobre a rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional com a abertura da Rodovia BR-163.	As comunidades quilombolas correm um risco muito alto de insegurança alimentar. As comunidades quilombolas em geral apresentam altos índices de analfabetismo, baixa renda, pouco acesso aos programas das diversas políticas públicas sociais e agrícolas e dificuldades para o reconhecimento legal da propriedade da terra.
Insegurança alimentar das comunidades quilombolas do Tocantins Monego; Peixoto, 2010.	Tocantins.	Buscou identificar a prevalência e alguns determinantes de (In) Segurança Alimentar (IA/SA) nas famílias de 14 comunidades quilombolas do estado do Tocantins (Brasil).	A situação de insegurança alimentar é altamente prevalente nas comunidades quilombolas, que possuem também precárias condições de vida, sendo urgente a implementação de ações que garantam SA para as mesmas.
Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuáçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. Carvalho; Silva, 2013.	Quilombo de Tijuáçu, Bahia, Brasil.	Analisar as percepções simbólicas e sociais relacionadas à oferta de alimentos de produção da agricultura familiar, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de promoção da segurança alimentar e nutricional, na comunidade quilombola de Tijuáçu, Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil.	Nas comunidades tradicionais quilombolas constata-se uma grave situação de insegurança alimentar, relacionada à constante ameaça ao domínio dos seus territórios e ao precário acesso às políticas públicas.
Nutrição e saúde das crianças das comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de	Estado de Alagoas	Descrever as condições de nutrição e saúde das crianças de 6 a 59 meses de 39 comunidades remanescentes dos quilombos no Estado de Alagoas.	O direito humano à alimentação adequada não vem sendo garantido às crianças quilombolas alagoanas, devendo o poder público adotar as medidas necessárias para reverter tal situação.

Alagoas, Brasil.

Ferreira et al., 2011.

Excesso de peso de estudantes quilombolas de Goiás e a insegurança alimentar em suas famílias

Comunidades quilombolas de 12 municípios goianos

Caracterizar o estado nutricional de estudantes quilombolas e a segurança alimentar nos seus domicílios.

A insegurança alimentar esteve presente em 75,2% das famílias quilombolas, sendo a insegurança alimentar leve a mais frequente.

A aparente contradição da ocorrência simultânea de excesso de peso e insegurança alimentar aponta para a necessidade de que sejam revistos os instrumentos de estudo, bem como a rede de causalidade que identifica a pobreza e o excesso de peso.

Cordeiro; Monego; Martins, 2014.

Inquérito de saúde em comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.

Vitória da Conquista, Bahia.

Apresentar a metodologia, resultados descritivos preliminares e a confiabilidade dos instrumentos utilizados no Projeto COMQUISTA.

Relatou que a insegurança alimentar é devida às condições de vida desiguais, sendo demonstrada uma preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade inadequada da alimentação.

Bezerra et al., 2014.

Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?

Área rural do Município de Vitória da Conquista, no interior da Bahia.

Identificar a prevalência de insegurança alimentar em uma área rural do Nordeste do Brasil e investigar este desfecho de acordo com a residência em comunidades quilombolas e não quilombolas.

Constatou-se ao final do estudo uma grande insegurança alimentar nas comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil.

Silva et al, 2017.

Insegurança alimentar doméstica em comunidades de negros descendentes de escravos no Brasil: o legado da escravidão realmente acabou?

Regiões Norte e Nordeste

Identificar os fatores associados à insegurança alimentar em comunidades quilombolas no Brasil.

Neste estudo foi identificado 47,8% de família em insegurança alimentar grave.

GUBERT et al., 2017

Programas governamentais

Várias regiões do

Avaliar o acesso a programas governamentais e sua

A prevalência de insegurança alimentar foi elevada

associados à insegurança alimentar entre comunidades de descendentes de negros escravizados no Brasil.

Brasil.

associação com a insegurança alimentar em famílias de comunidades quilombolas no Brasil. entre as famílias quilombolas.

Cherol; Ferreira; Salles-Costa, 2020.

Fonte: elaborado pelas autoras (2020).

Silva et al. (2017), realizaram um estudo com o objetivo de identificar a prevalência de Insegurança Alimentar (IA) em comunidades quilombolas e não quilombolas. A IA foi encontrada em 52,1% das famílias estudadas, sendo 64,9% entre quilombolas e 42% entre as demais. O estudo identificou associação entre IA e o fato de ser quilombola, ter nível econômico mais baixo, e ser beneficiário do Programa Bolsa Família.

De acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA), a IA pode variar de leve, quando existe a preocupação com a escassez de alimentos, moderada na existência de escassez alimentar, bem como má qualidade dos alimentos adquiridos devido a baixa renda, e a IA grave, quando há episódios de privação total do alimento por um ou mais dias (Segall-Corrêa et al. 2009).

Com o objetivo de compreender a IA em comunidades quilombolas de Vitória da Conquista (BA), Bezerra et al. (2014), encontraram associações entre desigualdades sociais e a IA. O estudo apontou ainda a preocupação da comunidade quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade inadequada da alimentação consumida, fatores que já caracterizam cenários de IA. Ressalta-se nesse contexto a dificuldade de acesso aos alimentos e aos meios de produção, pois foi relatado no estudo de Bezerra et al. (2014), a falta de água, a qual é fator limitante para a produção de alimentos na comunidade e agrava os níveis de IA.

Segundo Carvalho e Silva (2013), o principal motivo da IA nas comunidades quilombolas, é a ameaça ao domínio de terras e territórios quilombolas e ao precário acesso às políticas públicas. Os autores ainda ressaltam a constante preocupação com a alimentação das crianças, junto ao medo de passar episódios de fome.

As transformações nos sistemas alimentares, marcadas pelo avanço das monoculturas e utilização de agrotóxicos, interferem diretamente no contexto de produção alimentar de base sustentável e agroecológica - prática até então comum entre as comunidades quilombolas. Nesse sentido a falta de terra e recursos hídricos, se relacionam de forma direta aos diferentes cenários de IA nesses territórios (ABRASCO, 2015; Carvalho; Silva, 2013).

O estudo de Cherol; Ferreira, Salles-Costa (2020), mostrou uma prevalência de IA de 86,1%, incluindo insegurança alimentar moderada e grave, nas comunidades quilombolas. Este cenário foi associado à vulnerabilidade do território. Houve forte associação entre beneficiários do Programa brasileiro de transferência condicionada de renda (Programa Bolsa Família), e as famílias quilombolas com níveis moderados e graves de IA. Bezerra et al. (2014), corroboraram ao evidenciar a relação entre IA e condições desiguais de vida, e também encontrou prevalências consideráveis de comunidades preocupadas quanto ao acesso aos alimentos no futuro.

Gubert et al. (2017), em seu estudo teve como objetivo identificar os fatores associados à IA em comunidades quilombolas no Brasil. Foi realizada uma análise dos dados secundários avaliados no Censo Quilombola de 2011. As condições sociodemográficas e o acesso a programas e benefícios sociais também foram avaliados. O estudo identificou 47,8% de IA grave entre as comunidades apontando contextos mais críticos nas regiões Norte e Nordeste. A pesquisa apontou ainda que as famílias com acesso a programas de abastecimento de água para regiões secas (Programa Cisternas), e programas de subsídio à safra agrícola (Programa Garantia Safra) tinham menos chance de sofrer IA moderada e grave. Os domicílios que não tinham acesso a cuidados de saúde (Programa Saúde da Família) tinham maior chance de sofrer de IA moderada ou grave (Gubert et al., 2017).

Nesse sentido a garantia e manutenção das Políticas Públicas são importantes contextos de enfrentamento da IA. O Programa Garantia Safra tem por objetivo garantir rendimentos mínimos aos pequenos agricultores familiares suscetíveis a perdas de safra por estiagem ou enchente (Brasil, 2016). O Programa Cisternas visa promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos em áreas secas, por meio da implantação de tecnologias de baixo custo para o armazenamento da água da chuva. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência monetária, condicionada a famílias que vivenciam a extrema pobreza, (Gubert et al., 2017).

Ressalta-se ainda a importância do Programa Saúde da Família, uma estratégia de saúde voltada para a aos cuidados básicos de saúde, o que inclui equipes multiprofissionais que atuam na promoção da saúde e prevenção/ controle de doenças, bem como na prestação de cuidados de rotina às comunidades (incluindo visitas de agentes comunitários de saúde aos territórios assistidos). No Brasil, todas as pessoas, independentemente da sua condição social, têm direito a receber assistência médica gratuita do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual se constitui como importante espaço de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Gubert et al., 2017).

Embora as pesquisas aqui incluídas não tenham mencionado o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este é considerado o maior programa de alimentação e nutrição do Brasil, voltado ao atendimento das necessidades nutricionais dos escolares. Dessa forma, possibilita manutenção dos cuidados alimentares e nutricionais entre escolares de escolas públicas (Brasil, 2020).

Outro importante programa de enfrentamento da IA é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Conforme Cordeiro, Monego e Martins (2014), o PAA visa promover a SAN. E além disso, a inserção desses alimentos na alimentação escolar, nos bancos de

alimentos, restaurantes populares e demais equipamentos de SAN, possibilita maior qualidade e variedade alimentar. No entanto, esses programas exigem que os agricultores possuam a terra e condições favoráveis de viver em seus territórios, desafios impostos as comunidades quilombolas.

As políticas públicas de garantia e manutenção da SAN são importantes processos de atendimento ao Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, sendo uma maneira de evidenciar as vulnerabilidades no acesso à alimentação saudável, e intervenções do Estado no sentido da soberania alimentar, dos direitos constitucionais, além do reconhecimento e reparação histórica entre comunidades quilombolas (Afonso; Corrêa; Silva, 2020).

No estudo de Oliveira; Guerrero, Guerrero (2008), foi identificado alto risco de IA em comunidades quilombolas. Nas comunidades estudadas foram constatados altos índices de analfabetismo, baixa renda, pouco acesso aos programas e políticas públicas sociais e agrícolas. Além de dificuldades para o reconhecimento legal da propriedade da terra. A situação de extrema pobreza enfrentada pela maioria das famílias quilombolas os expõe à escassez de alimentos e à má qualidade da alimentação, contribuindo para a desnutrição, doenças e outros agravos à saúde.

Segundo a Lei n.11.346/2006 (Brasil, 2006) a segurança alimentar e nutricional é um direito universal e garante a todos o direito de ter acesso à alimentos seguros, saudáveis e nutritivos em quantidades adequadas, respeitando as diversidades culturais e sociais. Embora existam diversas políticas públicas, programas sociais e benefícios implantados atualmente no Brasil, ainda existe uma baixa cobertura nas comunidades quilombolas.

A promoção da SAN entre comunidades quilombolas, além de constituir estratégias de justiça social, evidenciam a necessidade do exercício da equidade nas políticas públicas, sobretudo nas políticas de alimentação e nutrição. No campo científico são escassas as pesquisas que dão luz às mazelas sociais vivenciadas por comunidades quilombolas ao se comparar ao conjunto de evidências científicas da população em geral. A pluralidade social e cultural do Brasil demanda que os recortes históricos, culturais e políticos sejam evidenciados nas pesquisas científicas. Dessa forma as discussões elaboradas no presente estudo somam ao processo do reconhecimento das comunidades quilombolas, trazendo um breve recorte das condições alimentares relacionadas à IA nessa população.

Conclusão

De acordo com pesquisa realizada, constatou-se uma prevalência de Insegurança Alimentar (IA) elevada entre as famílias quilombolas. As políticas públicas, os programas para fortalecimento dos sistemas alimentares agroecológicos e a transferência condicionada de renda são fundamentais para a autonomia das comunidades quilombolas, além da promoção do acesso à alimentação adequada, o que contribui com a redução de níveis de IA.

Tais resultados demonstram a necessidade de ampliação do escopo dos delineamentos científicos, a fim de que, de deem luz às demandas sociais, históricas e políticas de povos e comunidades quilombola, sobretudo no que tange as necessidades alimentares e de saúde dessa população. Ressaltamos o importante avanço por meio do presente estudo, ao endossar os dados sobre a Insegurança Alimentar e Nutricional entre população historicamente vulnerabilizadas. Torna-se importante nesse aspecto, demais constructos acadêmicos permeados pela necessidade de justiça e equidade social.

Como possíveis limitações da presente pesquisa, destaca-se a escassez de estudos originais publicados, que tenham abordado a Insegurança Alimentar durante o período de levantamento do nosso estudo. Embora seja uma lacuna, a quantidade limitada de estudos acerca da temática, aponta ainda para a invisibilidade de povos e comunidades tradicionais no campo científico da nutrição e áreas interdisciplinares à Insegurança Alimentar.

Referências

- ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro / São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: 01. nov. 2020.
- AFONSO, L.F.C.; CORRÊA, N.A.F.; SILVA, O.P. Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: um balanço da literatura indexada. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 27, p. 1-13, 2020.
- ARAÚJO, M.S.G; FILHO, D.L.L. Cultura, Trabalho e Alimentação em Comunidades Negras e Quilombolas do Paraná. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, GO. v.6, n.3, p.113-131, 2012.
- BEZERRA, V.M.; MEDEIROS, D.S.; GOMES, K.O.; SOUZAS, ET AL. Inquérito de saúde em comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1835-1847, 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 01. nov. 2020.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Cisternas – Água para beber e para Agricultura. 2016. Disponível em: <<http://mdspravoce.mds.gov.br/seguranca-alimentare-nutricional/programa-cisternas-agua-para-beber-e-paraagricultura>>. Acesso em: 01. nov. 2020.
- BRASIL. Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial. 2020.
- CARVALHO, A.S.; SILVA, D.O. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. Interface Comunicação Saúde Educação, Botucatu, v. 18, n.50, p.521 – 532, 2013.
- CARMO, A.C.O. Quilombo como um conceito em movimento ou quilombismo e ubuntu: práticas ancestrais africanas para repensar práticas pedagógicas e de justiça. Problemata – Revista Internacional de Filosofia, v. 11. n. 2, p. 41-56, 2020.
- CHEROL, C.C.S.; FERREIRA, A.A.; SALLES-COSTA, R. Programas governamentais associados à insegurança alimentar entre comunidades de descendentes de negros escravizados no Brasil. Nutrição e Sociedade. v. 22, 2020.
- CORDEIRO, M.M.; MONEGO, E.T.; MARTINS, K.A. Excesso de peso de estudantes quilombolas de Goiás e a insegurança alimentar em suas famílias. Revista de Nutrição, Campinas, v. 27, n. 4, p. 405-412, 2014.
- FIGUEIREDO, M.C.; BOAZ, C.M.; BONACINA, C.M.; FABRICIO, F.K.; DA SILVA, K.V.C.L. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. Revista Faculdade de Odontologia/ Universidade de Passo Fundo, v.16, n.2, p. 130-135, 2011.
- GUBERT, M.B.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; SPANIOL, A.; PEDROSO, J. Insegurança alimentar doméstica em comunidades de negros descendentes de escravos no Brasil: o legado da escravidão realmente acabou? Universidade de Cambridge, Cambridge, v. 20, 2017.
- GUEDES, A.S.; BASTOS, S.R. Comensalidade e tradições culturais nas comunidades quilombolas, p.1-10, 2016.
- LARAIA, R.B. Cultura um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.
- MATOS, P.C. Tipos de revisão de literatura. Botucatu 2015. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>>. Acesso em: 01. nov. 2020.
- MONEGO, E.T.; PEIXOTO, M.R.G; CORDEIRO, M.M. Insegurança alimentar das comunidades quilombolas do Tocantins. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 17, p. 37-47, 2010.
- OLIVEIRA, M.F. Metodologia Científica. Catalão-GO 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 01. nov. 2020.

- OLIVEIRA, S.D, GUERRERO, A.F.H.; GUERRERO, C.H et al. A causalidade da nutrição e da insegurança alimentar em comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. Revista de Nutrição, Campinas, v. 21, 83-97, 2008.
- PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEÓN, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M.F.A, MARANHA, L.K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n.10, p. 2376-84, 2008.
- SANTOS, A. O sabor da História: práticas alimentares e identidade Quilombola. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, n.3, p. 54-71, 2012.
- SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L.M. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v.16, n.2, p.1-19, 2009.
- SILVA, E.K.P.; MEDEIROS, D.S.; MARTINS, P.C.; SOUSA, L.A.; LIMA, G.P.; RÊGO, M.A.S.; DA SILVA, T.O.; FREIRE, A.S.; SILVA, F.M. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? Cadernos de Saúde Pública, Campinas, v.33, n. 4, p. 1-14, 2017.